



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**UMARO SEIDI**

**VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO DOS AGENTES POLICIAIS DA GUINÉ-BISSAU  
NAS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE.**

Acarape-Ceará  
2019



**VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO DOS AGENTES POLICIAIS DA GUINÉ-BISSAU  
NAS MANIFESTAÇÕES DOS MOVIMENTOS DAS ORGANIZAÇÕES DA  
SOCIEDADE CIVIL GUINEENSE.**

Projeto de pesquisa do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB. Feito com a finalidade de obtenção do título de bacharel.

Professor Orientador: James Ferreira Moura Júnior.

Acarape, 29 de Agosto de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira—UNILAB

---

Prof. Dr. Ricardo Ossagô De Carvalho  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira—UNILAB

---

Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira—UNILAB

## Sumário

Introdução.....	6
Justificativa.....	7
Problematização.....	10
Objetivos.....	11
Objetivo Geral.....	11
Objetivos Específicos.....	11
Revisão da Literatura.....	11
Breve contextualização do termo violência e autoritarismo.....	11
Sobre violência.....	11
Sobre autoritarismo.....	15
Sociedade civil: uma contextualização do conceito.....	17
Metodologia da pesquisa e suas técnicas.....	21
Contextualizando a metodologia.....	21
Pesquisa Qualitativa.....	21
Entrevistas semiestruturadas.....	23
Local da Pesquisa.....	24
Descrição dos participantes.....	25
Procedimentos a serem utilizados.....	26
Análises a serem realizadas.....	27
Procedimentos éticos.....	28
Referências.....	29

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado vida, saúde, força física e psicológica para enfrentar as diversas barreiras que tive ao longo da minha caminhada e da minha carreira estudantil. Eu acredito que a fé é um dos pilares do sucesso e que realmente pode ajudar um indivíduo a atingir seus objetivos; pode ajudar a pessoa a conseguir aquilo que realmente deseja.

A meus pais agradeço com todas as palavras e em todas as línguas, mas principalmente na minha língua materna, Fula, digo a eles Ondjarama (obrigado). Estes que, desde a minha infância, apostaram nos meus estudos, dedicaram tudo por tudo para que eu pudesse estudar. Deixaram de comprar mobílias e roupas de marca só para não me deixarem faltar um dia de aulas. Com todas as dificuldades que a família enfrentou/a eles sempre colocaram meus estudos como aquilo que é prioritário ou mais importante.

À família em geral e, em especial, a meus irmãos, Amadu Seidi, Fatumata Seidi, Saico Seidi, Mama-Samba Seidi e Aua Seidi, que sempre me deram apoio, tanto financeiro quanto moral para que eu continuasse meus estudos e atingisse sempre aquilo que eu desejava/desejo atingir. De fundo do coração, eu agradeço a irmão, mestre, amigo e companheiro, Júnior Alassana Baldé, pessoa que sempre me deu apoio, que sempre está do meu lado tentando-me animar e encorajar neste andar acadêmico. Alguém que sempre me falou que vê em mim a coisa mais especial do mundo, que é a inteligência de saber fazer e aprender. Alguém cuja descrição num trabalho de poucas páginas, como este, realmente não daria, pois o que eu aprendi com ele me ajudou muito neste caminhar/andança escolar.

Agradeço a todos/as os/as amigos/as e companheiros/as da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sem esquecer-se dos meus amigos/colegas que se ingressaram no semestre 2017.2. Meus agradecimentos vão também para a pessoa que me soube dar carinho e orientação aquando da minha chegada no Brasil, Mamadu Nanque, pessoa que durante o tempo que fizemos juntos me instruiu, me orientou e soube sempre estar pronto para mim. Ainda, agradeço a Mamadu Selo, Abdulai Danfá, Umaro Candé e Braima Sadjo, pessoas que me encorajaram durante o processo da minha adaptação na universidade.

Não poderia encerrar esse ciclo de agradecimentos sem mencionar o nome do meu orientador, James Moura Ferreira Júnior, alguém que me deu apoio incondicional: meu muito obrigado, de fundo do coração. Meus agradecimentos vão para pessoas muito especiais para

mim, João Baticã Ferreira e Luís Candido de Oliveira. A todos os mencionados e não mencionados, Ondjarama, Abeni, Obrigado, Merci, Thank's — bem haja!

## RESUMO

No presente projeto de pesquisa, objetiva-se analisar as relações que se dão entre a violência e o autoritarismo dos agentes policiais na Guiné-Bissau nas manifestações dos movimentos das organizações da sociedade civil guineense. Devido às sucessivas ondas da violação dos direitos da manifestação que se verifica no país, se torna necessário analisar os acontecimentos da grande repressão policial que ocorre no momento das manifestações desses movimentos. A pesquisa será de natureza qualitativa no qual vai se realizar entrevistas semiestruturadas que serão feitas por via telefônica com os membros dos movimentos sociais que em alguns momentos de exercício da sua cidadania foram impedidos de fazer suas manifestações por agentes da polícia e, que sofreram agressões/espancamentos por parte desses agentes. Os agentes policiais usam do seu poder para abusar dos manifestantes dos movimentos da organização da sociedade civil. Espera-se poder contribuir com este projeto para uma reflexão e/ou discussão sobre a questão dos Direitos Humanos, que se trata de um assunto de relevância mundial, principalmente, para a Guiné-Bissau, onde se percebe grande necessidade e urgência no que diz respeito à discussão sobre a restrição ou violação de liberdades de expressão dos cidadãos.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau. Violência policial. Autoritarismo. Movimentos da sociedade civil.

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a identidade policial, suas características e as análises das relações entre a violência e o autoritarismo têm sido uma das principais fontes de investigação de alguns autores de área das ciências sociais, a exemplo de Filho (1989). Em vários contextos, buscam-se entender as identidades e as formas de atuação dos agentes da segurança. Também, esses estudos visam compreender a forma como esta corporação tem vindo a desenvolver suas atividades e como ela cumpre com a sua responsabilidade.

Neste projeto de pesquisa, buscaremos analisar as relações que se verificam entre a violência e o autoritarismo da corporação policial Guineense, ou seja, os agentes da segurança nacional (especificamente a Polícia da Ordem Pública), que são encarregues de assegurar o bom funcionamento da ordem pública na Guiné-Bissau durante as marchas das organizações da sociedade civil e não só. Portanto, a esses policiais da segurança pública são delegados o poder de assegurar os manifestantes e por outro lado de garantir a segurança da população.

Afirma Filho (1989) que os policiais da ordem de segurança seguem um modelo da organização das forças armadas, de modo que ele os vê como um exército urbano, que muitas vezes não são tão bem instruídos para assegurar a população. Assim, em vez de garanti-la segurança, passa a reprimi-la devido à má instrução que adquiriu durante o processo da sua formação (treinamento). Percebe-se que a polícia tem muito em comum com os militares, desde a sua hierarquia até a sua forma tática de atuação, acrescenta o autor. Muitas vezes, segundo Cardoso (1995), a polícia reprime a população a mando dos governantes políticos e, em várias ocasiões, os agentes policiais justificam suas atuações como sendo uma medida de segurança, mesmo havendo uso de força contra os manifestantes, ao que Martín-Baró (2017) refere que violência se justifica com violência.

A violência, de acordo com Martín-Baró (2017), é um termo que carrega vários significados, portanto, antes de afirmarmos algo sobre ela, temos que verificar em que contexto ela foi empregada, pois cobre tanto as agressões físicas como as psicológicas. Por outro lado, acompanhando a violência, o termo Autoritarismo é entendido como aquele que se liga a pessoas autoritárias. Estas personalidades, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), são detentoras de certos poderes concentrados em si mesmas. O Fórum afirma ainda que essas figuras autoritárias começaram a surgir durante as ascensões dos regimes totalitários do século XX e elas sempre foram/são ambivalentes, quer dizer que possuem força e poder.

Na Guiné-Bissau, a violência da polícia da ordem pública tem vindo a crescer. Estes atuam com uso da força (uso de casquetes, gás lacrimogénio, sintrões e força física) para dispersar os grupos de manifestantes que na maioria dos casos se encontram indefesos porque vão para as ruas não para praticar atos de vandalismo e muito menos brigar com autoridades, mas sim para levar a cabo as suas lutas como forma de exigir os seus direitos enquanto cidadãos. Estas práticas não condizem e nem dialogam com aquilo que está plasmado na constituição da república do país.

Faremos estudo bibliográfico, como forma de dialogar com outros trabalhos que versam sobre o assunto que pretendemos analisar, e realizaremos entrevistas com os integrantes dos movimentos sociais que participaram das manifestações contra a atuação do presidente da república da Guiné-Bissau, José Mário Vaz.

## **2. JUSTIFICATIVA**

Desde o ano de 2015, aquando do derrube do governo de Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) liderado pelo engenheiro Domingos Simões Pereira tem crescido na Guiné-Bissau as manifestações contra o presidente da república, Dr. José Mario Vaz (Jomav), por parte dos movimentos da organização da sociedade civil e dos movimentos de partidos políticos. Dentre os movimentos sociais insurgentes contra a atuação de Jomav, destacam-se o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados (MCCI), que, na maioria das manifestações, exige a demissão do presidente da república, e o Movimento Estudantil Carta 21 (C21), que vai para as ruas para exigir a abertura do ano escolar e, conseqüentemente, a desconvoação da greve dos professores e a liquidação dos salários destes. Quanto ao movimento de partidos políticos, destaca-se o Coletivo dos partidos Democráticos<sup>1</sup>.

Abordaremos sobre os movimentos sociais (Movimento de Cidadãos Conscientes e Inconformados e do Movimento Estudantil Carta 21). Porque acreditamos que o coletivo de partidos Democrático sendo conjunto de partidos tem suas tendências políticas claramente

---

1 O coletivo de partidos políticos é composto por dezoito partidos, liderados pelo Partido Africano Para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Cujos objetivos é de levar a cabo as manifestações e mais outras formas de exigência para o cumprimento, por parte do presidente da república, do “Acordo de Conakry” (acordo este que supostamente teria saído o nome do primeiro ministro), que seria nomeado chefe do governo cujo nome foi acordado numa reunião naquele país vizinho (Guiné Conakry). Neste coletivo se reúne partidos com e sem assento parlamentar, exceto PRS, MADEM G15, principais partidos da oposição.

definidas, com interesses que nem sempre poderão favorecer a população, e também não se verificou um número maior da intervenção policial nas manifestações organizadas por estes. Não significa que consideramos esses movimentos mais importantes do que outros, mas como em qualquer outra pesquisa a delimitação é necessária. Portanto, esta é a forma pela qual decidimos delimitar o nosso foco do trabalho. Além do mais entendemos que falar deste coletivo e incluir todos os movimentos que em algum momento fizeram alguma manifestação não conseguiremos dar conta da nossa pesquisa, pois ela será muito extensa.

As manifestações empreendidas pelos dois movimentos acima referidos foram muitas vezes acompanhadas por ondas de grande repressão policial, facto que presenciamos, lemos as notícias nos jornais e assistimos nas notícias televisivas. Então, estes movimentos são o principal foco, ou seja, é onde centrará o nosso estudo e análise.

Tais opressões à liberdade de manifestação dos movimentos sociais geram críticas e condenações à ação dos agentes da segurança pública. Ilustramos na nossa fundamentação teórica (revisão da literatura) algumas vozes contrárias à atuação dos policiais, sobretudo a do Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Augusto Mário Silva, que na maior parte das suas intervenções condena as atuações dos agentes da segurança nacional, a Polícia, tanto da Ordem Pública (POP), quanto da Intervenção Rápida (PIR) e seguindo outros ramos da polícia.

Aquando da nossa estadia em Bissau, em dois mil e dezessete (2017), cobrimos uma dessas manifestações, pois atuei como repórter da primeira rádio comunitária do país, a Rádio Voz de Quelelé. Nessa manifestação transmitíamos tudo que estava acontecendo para esta rádio. Verificamos que havia momentos em que as autoridades policiais impediam de serem capturadas com câmeras de filmagem da Televisão Nacional da Guiné-Bissau (TGB), com câmeras das máquinas fotográficas ou de celulares dos repórteres e jornalistas de outras emissoras ou jornais. Mesmo tendo os nossos cartões de identificação da imprensa, em alguns momentos os agentes da polícia impediam que fossem repassadas as imagens auditivas de tudo que estava acontecendo. Isso é um dos motivos que resultou/resulta em alguns casos de violência física contra os jornalistas ou repórteres que faziam/fazem seus trabalhos de imprensa em manifestações sociais cobrindo as marchas dos movimentos sociais.

Embora as manifestações e greves acompanhadas com fortes repressões policiais tivessem grande visibilidade após o derrube do governo do P.A.I.G.C. em 2015, não se pode afirmar que foi a partir desta data que se começou a verificar esses acontecimentos, pois, desde o período da abertura democrática, isso já havia acontecido. Cardoso (1995) afirma que

a primeira greve ou marcha no país considerada ilegal e duramente reprimida pelas forças de polícias estatais (a polícia militar, especificamente), ocorreu em Agosto de 1991; e a segunda, em 15 de Setembro do mesmo ano.

Desde então, as ondas de manifestações e de fortes atuações dos agentes da segurança pública nacional só têm crescido no território guineense até a nona legislatura, em que se situa o mandato do presidente José Mario Vaz, no qual se registou uma crescente onda de manifestações das organizações da sociedade civil e ondas de repressão policial.

A nossa pretensão de realizar uma pesquisa neste âmbito surgiu quando constatamos estes acontecimentos, sentimos que seria uma forma de contribuir para a sociedade e também para a academia. Pois essa pesquisa poderá servir de base da motivação de futuras pesquisas que poderão discutir a mesma temática.

Acreditamos que, com a realização dessa pesquisa, ela poderá servir de um suporte teórico que possa ter grande impacto no campo acadêmico; pois, mesmo havendo trabalhos científicos que têm como foco principal uma análise da atuação policial, são poucos os que ilustram a nossa delimitação, que é de focar numa análise da atuação dos agentes de polícia durante as manifestações das organizações da sociedade civil, sobretudo na Guiné-Bissau. Assim, considerando a existência de pouca referência bibliográfica sobre esse assunto no contexto guineense, pensamos na realização deste projeto de pesquisa, além do fato desse vazio teórico, esta pesquisa pode contribuir também para reflexão e/ou discussão sobre a questão dos Direitos Humanos, um assunto de suma importância a nível mundial e, em particular, a nível local, da Guiné-Bissau, onde se percebe grande necessidade e urgência de discutir sobre a restrição ou violação de liberdades das pessoas.

Percebe-se que na academia o/a estudante/pesquisador/a é, por vezes, motivado a pesquisar um determinado tema quando com ele se identifica, ou quando constatar que há um determinado vazio teórico (o que nunca falta em uma pesquisa).

No que concerne à importância dessa pesquisa no âmbito social, esperamos que, após a realização dela, a sociedade, o povo guineense em especial, possa saber do perfil dos agentes da polícia que são responsáveis para assegurar a população no exercício de um dos seus direitos garantidos, tanto pela Carta Magna da Guiné-Bissau, a constituição da República do país, como pelo sistema da governação que é adotado neste país, a Democracia, e que possa perceber os impactos da violência dentro da própria sociedade. Pois, assim, pelo menos, ela (a sociedade) terá como fundamentar seus pontos de vista no que concerne à atuação policial.

O nosso trabalho quando for feito será disponibilizado nas bibliotecas da UNILAB e em outras bibliotecas interessadas nele. Pensando que, nem todas as pessoas têm acesso a bibliotecas, tentaremos disponibilizá-lo também em formato PDF na internet, levando em conta que o desenvolvimento atual da tecnologia proporciona esta facilidade de acesso, de quase uma percentagem significativa da população.

### **3. PROBLEMATIZAÇÃO**

Hoje em dia a polícia da ordem pública da Guiné-Bissau se torna uma ameaça para aqueles que lutam pelos seus direitos e direitos do povo. Ou em outras palavras, a polícia é vista como agentes que representam o medo popular, medo para aqueles que desejam participar nas manifestações convocadas pelos movimentos que fazem parte da organização da sociedade civil. Ao contrário do que se tem verificado no país, a polícia tanto da ordem pública quanto de outros ramos devem ser protetores do povo não ameaçadores/as destes (ameaçadores da paz). Se verificarmos as leis da constituição da república da Guiné-Bissau, em nenhum momento iremos encontrar uma alínea, ou artigo que afirma que a polícia pode bater num determinado individuo só pelo fato de este ter saído às ruas para exigir seu direito. Só para situar, a constituição da república (1996), no seu artigo vigésimo primeiro e alínea um, afirma que “As forças de segurança têm por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apartidárias, não podendo os seus elementos, no ativo, exercer qualquer atividade política”.

Neste contexto é muito relevante situarmos os nossos leitores sobre o nosso problema de pesquisa que vem com alguns questionamentos: Qual o motivo da massiva violência que se verifica durante as manifestações? Por que é que só as organizações da sociedade civil é que são vítimas da violência policial? Quem dá ordens para que seja impedido um grupo específico (no caso os movimentos da sociedade e não o coletivo de partidos políticos) de realizar o que a constituição da república lhe garante? Qual a ligação das forças de ordem e de segurança com os políticos? Perguntas estas cujas respostas buscaremos ao longo da realização da nossa pesquisa.

## **4. OBJETIVOS (GERAL E ESPECIFICO)**

### **4.1 Objetivo geral**

Analisar as relações entre a violência e o autoritarismo dos agentes policiais da Guiné-Bissau nas marchas dos movimentos das organizações da sociedade civil Guineense.

### **4.2 Objetivos específicos:**

1. Compreender a violência dos agentes da polícia de ordem pública durante as marchas dos movimentos das organizações da sociedade civil.
2. Analisar o autoritarismo dos agentes da segurança pública nacional.
3. Analisar as consequências da violência e do autoritarismo dos agentes da segurança pública na sociedade guineense.

## **5. REVISÃO DA LITERATURA**

### **5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS TERMOS VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO**

#### **5.2 Sobre a Violência**

O termo violência no dicionário informal (dicionário online no Google) aparece definido como um exercício desproporcional da integridade tanto física, emocional e moral, quanto religiosa, étnica, doméstica e empresarial etc.. Este dicionário ainda a define como causador de danos físicos e emocionais nem sempre visíveis. Nele ainda aparecem sinônimos desse termo, tais como: agressividade, brutalidade, imposição, coação e pressão. Ademais, ela significa qualidades dos violentos, ato violento, constrangimento físico ou moral e coação.

De modo semelhante, podemos observar nos estudos de Martín-Baró (2017) que o termo violência cobre tanto o ataque físico, moral, a repressão política, a repreensão educativa, o extermínio militar em grande escala, quanto o conflito passional entre amantes; daí que o seu significado se torna muito abstrato e vago. Segundo esse autor, as abstrações e as teorizações muitas vezes tendem a ocultar a realidade. Para ele, o grande problema que se verifica na análise da violência em países periféricos (como a Guiné-Bissau) é de natureza semântica diversa, quer dizer que o vocábulo violência é muito genérico e é um termo guarda-chuva sob o qual estão processos e comportamentos muito diferentes.

Barata (2008), por sua vez, ao estudar a violência urbana entende, que não existe um conceito íntegro sobre ela. Ainda, a mesma autora mostra que esta deriva-se da palavra *violentia*, do latim, quer dizer, uma aplicação do uso da força. E é vista de formas diferentes como ruptura de normas. Nos estudos de Calloni (2007), essa palavra é classificada como violência objetiva, aquela que representa agressões permanentes contra a natureza e os indivíduos. A violência subjetiva traduz-se pelas agressões simbólicas determinadas ou não pelos indivíduos. Assim, este autor conclui que a violência é uma repressão que pode causar danos nas pessoas ou nos objetos. Na mesma linha de pensamento, Moreira (2016) define a violência como coação, excesso de uso de força. No entanto, a autora acrescenta, ainda, que a violência também é abuso de poder relacionado ao desrespeito à integridade individual. Neste caso, ela estaria sempre associada à agressão e ultrapassa o limite estabelecido pela necessidade de respeito e consideração para com outros, seja em nível pessoal ou institucional.

Numa análise sobre as contribuições de Ignacio Martín-Baró para os estudos da violência, Martins e Lacerda (2014) afirmam que a manifestação da violência na vida cotidiana é visível de várias formas e explicam que muitas vezes é naturalizada como uma resposta das pessoas aos seus problemas. Eles ainda mostram que a violência não necessariamente produz apenas desumanização em geral, mas ela é parte de processos que empobrecem a vida e as qualidades das relações humanas. Segundo Moreira (2016), ao empobrecer a vida e as qualidades das relações das pessoas, ela torna-se um problema social de grande dimensão que abala toda sociedade e atinge todos os seus membros durante diferentes períodos de suas vidas. Também é responsável no mundo inteiro por adoecimento, perdas e mortes. Manifesta-se através de ações feitas pelas pessoas, pelos grupos, pelas classes e nações, provocando assim danos físicos, emocionais e/ou espirituais a próprias pessoas ou aos outros com quem se interagem.

Na concepção de Almeida (2010), a violência possui vários aspectos que vão desde violência física até violência psicológica. E, conforme explica, para ser caracterizada como violência, a ação deve ser voluntária e direta com a finalidade de destruir, mutilar, ofender, coagir. Porém há outras formas de violência não deliberadamente voluntárias que causam danos físicos e psicológicos a pessoas ou a grupos que estão submetidos a ela, como é o caso da violência indireta.

Nos estudos proporcionados por Martín-Baró (2017; 1982), podemos obter três (03) tipos de violência: a violência dos comportamentos delinquentes, a violência da repressão

sociopolítica e a violência do confronto bélico. A primeira violência afirma o autor, refere-se ao comportamento delinquente, que está relacionada a atos realizados à margem da lei (fora da lei), e nela sempre encontramos operações repressivas que se convertem em uma forma de negócio ilícito, tal e igual às máfias profissionais. Segundo ele, a segunda violência, que é a do conflito bélico, é vinculada aos esquadrões que se alimentam sempre dos militares ou dos agentes de segurança. Com frequência, são os encarregados pelos desenvolvimentos daquela parte da guerra conhecida como suja, isto é, aquela parte que as legislações e os acordos internacionais repudiam e proíbem expressamente. E a última, que é a violência da repressão sociopolítica ele entende que é repressiva, porque a vítima dela é a população civil, não o inimigo; e o seu objetivo é de conquistar pela coerção violenta o controle político que não é conquistado pela convicção ou pelo senso social. Portanto, segundo este autor, ao invés de elaborarmos conceitos generalizantes ou adotar teorias abstratas e pressupostos do senso comum, é necessário dirigirmos os olhares para as formas concretas das violências que ocorrem em nossos países e, sobretudo, nos momentos atuais. Ainda, o autor entende que a violência sociopolítica não surge daqueles que querem mudar a ordem social injusta, mas ela é imposta pela estrutura que possui um privilégio e não compactua com qualquer mudança significativa da ordem, nem se importa com a forma como conquistá-la.

No entanto, ao estudar sobre a violência e a paz, Galtung, 2006, (*apud* MOREIRA, 2016, p. 19) traz duas concepções de violência, que são: física e psicológica. Segundo ela, a primeira violência, que é física, “ocorre quando o uso da força provoca danos corporais, neste caso é considerada como direta; pode ser indireta quando houver uma exploração, a exemplo do trabalho forçado e remunerado”. E a segunda, a violência psicológica ou simbólica, “também pode ser direta ou indireta. É direta quando é verbal ou não, e indireta quando há uma destruição de bens pessoais ou coletivos, culturais ou simbólicos que são valorizados por pessoas ou grupos específicos”.

Em nenhuma sociedade a violência é efetuada sem ter nenhuma motivação por detrás dela (MARTÍN-BARÓ, 2017). O ato violento sempre busca responder aos demais interesses sociais das classes dominantes, daí que a definição da violência que vai surgir como algo negativo, dependeria de quem executa o ato e de quem se beneficia com a sua realização, afirma o autor acima mencionado. A violência pode ser tratada como um sujeito difuso, conforme nos mostra Melo (2009). Ela se apresenta como um espectro, com muitos eventos, fatos e circunstâncias aglutinados em uma unificação não imaginada. Qualquer ato ou evento pode ser visto à categoria de violência e produzir um discurso de irritação sobre o problema a

ser enfrentado. Um discurso nervoso que, segundo essa autora, se retornado à sociedade, produziria reações também nervosas e, numa crescente acusatória, conduziria, muitas vezes, a demandas autoritárias. Ainda, segundo a autora, pode-se considerar que a realidade atual produz consequências sobre os sujeitos na relação lógica entre vitimados e vitimadores inseridos nas manifestações de violência e crime. Ela mostra que são fenômenos que fazem parte do tecido social, na atualidade, e que provocam, muitas vezes, efeitos devastadores sobre os indivíduos no espaço urbano.

Conforme Moreira (2016), num diálogo com Garapon (1999), a violência é um processo infinito que clama continuamente por outra violência superior. Assim, pretender dominar a violência com violência é criar e alimentar uma escala de ódio e vingança na qual se torna improvável diferenciar o criminoso da autoridade, e a escala da violência pode levar qualquer sociedade à aniquilação.

No estudo de Basali (2010), em que ele faz a comparação entre as ideias de Hannah Arendt e Alessandro Passerin D'Entreves, há uma compreensão de conceitos e categorias de políticos como fatos distintos de fenômenos da violência. O autor entende que, à medida que a possibilidade de agir em conjunto diminui, aumenta a possibilidade de ocorrência da violência. Este parâmetro relaciona as ações dos homens aos fenômenos das violências, a partir de um aspecto negativo. Por isso, a desintegração do espaço público enquanto espaço de aparecimentos dos homens está relacionada ao fenômeno da violência, assim como a hipocrisia, que faz com que as palavras obscureçam os acontecimentos, é também um convite à violência. Por outro lado, Albuquerque (2011), ao fazer comentário sobre a teoria de meios de comunicação e policial relacionados à violência, afirma que a violência é o símbolo simbiótico vinculado ao poder. Trata-se, portanto, de uma representação simbólica do embate físico entre seres humanos relacionados ao conflito.

Assim, a violência é um símbolo simbiótico que se liga ao poder, ou melhor, que estaria ligado à classe mais alta. Para Martín-Baró (2017), somente em um contexto social em que a violência deixar de ser meio econômico e eficaz de se relacionar entre nós é possível alcançar reivindicações e mudanças sociais.

### 5.3 Sobre autoritarismo

No dicionário da política organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2010), a palavra autoritarismo relaciona-se com o adjetivo autoritário; ainda, segundo o referido dicionário, esta palavra se emprega especificamente em três contextos: nas estruturas dos sistemas políticos, nas disposições psicológicas e no que diz respeito ao poder e às ideologias políticas. Nas estruturas de sistemas políticos, nós podemos chamar de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e reduzem de uma forma radical o dissenso, deixando o poder nas mãos de um único órgão. Coloca-se, assim, em posição secundária, as instituições que representam o povo. No que concerne às disposições psicológicas, fala-se da personalidade autoritária quando se quer denotar uma personalidade composta por diversas características que se centram em dois pontos intimamente ligados: de um lado, a disposição à obediência preocupada com os superiores, incluindo às vezes o obséquio e a adulação para com todos aqueles que detêm a força e o poder; de outro lado, a forma de tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e de modo geral todos aqueles que não detêm o poder e autoridade. Entretanto, no terceiro e último ponto que trata sobre as ideologias políticas autoritárias, temos como autoritárias as ideologias que negam de uma forma decisiva a igualdade dos homens e colocam em destaque o princípio da hierarquia. Além disso, propagam as formas de regimes autoritários e gabam-se muitas vezes com alguns comportamentos das pessoas autoritárias.

No entanto, pode-se avançar indicando que o caráter comum do autoritarismo denota na centralidade do princípio da autoridade, é isso que se verifica em todos os três contextos indicados. E é evidente que, do ponto de vista dos valores democráticos, o autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. O autoritarismo é uma forma de impor a obediência que prescinde em grande parte dos indivíduos, oprimindo a sua liberdade. Em outro contexto, no dicionário escrito por Aurélio Ferreira, à palavra autoritarismo aparece definida como regime político que demanda o princípio da autoridade, aplicado com frequência em detrimento da liberdade individual, despotismo e ditatorialismo (FERREIRA, 2010).

No estudo feito pelo Fórum Brasileiro da Segurança Pública<sup>2</sup> (FBSP, 2017) investigando os índices de apoios às posições autoritárias, pode-se ver uma atribuição de

---

<sup>2</sup>FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) é uma organização sem fins lucrativos que tem por missão atuar como um espaço permanente e inovador de debate, articulação e cooperação técnica para a segurança pública no Brasil. E é organizado como uma associação, em que a adesão dos membros é livre. Cada candidato

autoritarismo a pessoas detentoras de certos poderes. São figuras que se ligam historicamente com a ascensão de regimes totalitários no início do século XX, como o nazismo, o fascismo e o comunismo. A principal característica dessas personalidades autoritárias aparecem como a orientação ambivalente entre a autoridade e o poder. Por seu lado, em seu estudo sobre o Poder e Violência no Estado de direito, Albuquerque (2011), ao descrever as concepções de Arendt sobre os movimentos totalitários, afirma que o movimento totalitário se configura como uma organização em forma de cebola, com camadas sobre camadas. Elas se baseiam em ideologias que pregam leis capazes de se expandir indefinidamente, retirando a espontaneidade das pessoas sob seu julgo através de terror, que impõe o isolamento e a solidão. Eliminam os laços privados e extinguem a possibilidade da ação, obrigando o extermínio do inimigo. Quando eleito como partido para governar uma organização de regime totalitário, empurra-se o próprio Estado para longe do seu centro aumentando órgãos e ocultando informações. Isso justificaria a total atribuição de autoritarismo a esse movimento.

Ao falar da cultura autoritária, Martins, P. (1999) afirma que o autoritarismo é vista como cultura de uma determinada sociedade, a sociedade das forças armadas. Constitui-se um campo de forças que fornece a centralidade simbólica e inspira tradicionalmente as organizações das instituições do poder e da política. Segundo ele, o autoritarismo pode surgir por razões diversas. Por exemplo, aquele que detém o poder não reconhece simbólica e institucionalmente a identidade de certos membros e recusa, por conseguinte, atribuir um lugar político a este membro – que ele inclusive não reconhece como outro - na estrutura de poder legítimo e legal.

Segundo Peres (s/d), a noção que se tem de autoritarismo é de sistemas políticos que se contrapõem ao Sistema Democrático. Na percepção da ciência política, o autoritarismo tem como principais características a concentração e a exclusividade do exercício do poder por parte de uma só pessoa ou de um grupo em detrimento de instituições representativas. Ainda, podemos perceber, no estudo feito pelo FBSP (2017), que se denominam de autoritarismos atitudes em que as pessoas dependentes devem cumprir com todas as normas impostas pelo sistema dominador pelo simples fato de que a pessoa que impõe normas tem um alto grau de autoridade sobre as outras. O autoritarismo baseia-se também no fato de tomar decisões em

---

deve comprovar seu compromisso com a segurança pública e com os valores do FBSP, através de assinatura da carta de princípios. Os conselhos administrativo e fiscal são renovados através de eleições regidas pelas regras do Estatuto Social e traçam as linhas mestras que guiam a atuação da equipe executiva, sediada na cidade de São Paulo.

relação a um bem comum e que se refere às pessoas subordinadas. Por outro lado, a pessoa autoritária carece de empatia e valorização pela pessoa responsável.

De acordo com essas explicações, entendemos que podem ser denominados de autoritários os regimes que deixam nas mãos de uma só pessoa ou nas mãos de um só órgão o poder político, colocando em posições secundárias as instituições representativas, o povo.

## 6. SOCIEDADE CIVIL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO CONCEITO

Segundo Teixeira (2008), a primeira interpretação do conceito da sociedade civil apareceu em Aristóteles com o nome de *koinonía politiké*, que, se traduzido em Latim, significaria *societas civilis*, entendida como comunidade de pessoas da mesma classe e livres. O autor ainda afirma que, de acordo com a literatura especializada, a sociedade civil em determinados momentos é vista em oposição ao Estado e ao Mercado e em outros momentos é entendida como institucionalizada, articulada ao Estado e ao Mercado incluindo assim outros dispositivos que não podem ser produzidos nem pelos dois (Estado e Mercado).

Gramsci (s/d, *apud* MOTTA, 2008) distingue a sociedade civil com a sociedade política, ele afirma que esta última, a sociedade política, está ligada ao Estado enquanto um repressor no qual estão grupos e classes dominantes. Por seu turno, Martins, M. (2008), ao tratar da sociedade civil na concepção de Gramsci, aponta que ela não é nem desvinculada ou independente do Estado e do mercado, e muito menos, despolitizada ou desideologizada. Pelo contrário, a sociedade civil é um elemento que compõe a relação orgânica e dialética que se estabelece entre estrutura e superestrutura social.

Enquanto isso, para Bobbio (1982), a sociedade civil implica simultaneamente determinações individualistas e busca por um princípio ético que jamais o Estado ou a Família poderia oferecer. Ela é a esfera das relações econômicas e, ao mesmo tempo, de sua regulamentação externa, baseada nas diretrizes de um Estado livre.

Por outro lado, Motta (2008), ao tratar dos novos grupos insurgentes de movimentos da sociedade civil, afirma que as novas formas de movimentos da sociedade civil que estão surgindo não se reduzem a uma classe só, mas abarca toda a sociedade. A sua importância na produção de direitos se vê não na recusa da ação política, mas no alargamento da política para além do marco liberal da diferenciação entre o Estado e a sociedade civil. Significa que o Estado e a sociedade civil não possuem uma relação estática e antagônica, mas, ao contrário,

esta relação pode ser também complementar e convergente com determinados programas que abarquem um número maior de cidadãos, como também conflitiva.

Souza (2008) entende que os estudos de movimentos da sociedade civil têm ganhado relevância nas ciências sociais, porque, primeiro, a sociedade civil é um conceito que adjectiva a vida em sociedade e tem uma característica da civilidade. Segundo, porque o conceito exige estreita ligação com o Estado em todas as suas instâncias políticas. Ela ainda afirma que:

A sociedade civil é um conceito que abarca as formas de participação social expressas nas entidades, organizações e movimentos que têm por sua base a sociedade. O conceito de movimento social é atribuído à participação social que demanda do Estado à efetivação dos direitos sociais, políticos e civis. Empiricamente, é visível no conjunto de manifestações coletivas organizadas, com duração de tempo significativo, num determinado Estado, ou mesmo ações coletivas de caráter global, a exemplo de Fórum Social Mundial (SOUZA, 2008, s/p).

De acordo com as afirmações da autora, podemos entender que a sociedade civil tem por finalidade lutar por um bem comum de uma determinada sociedade ou de um povo. Pode ser através de manifestações que envolvem todos (ou uma parcela de pessoas) que não se conformam com o sistema vivido e que querem uma mudança com a finalidade de efetivação dos seus direitos. Em uma sociedade democrática, deveriam ser permitidas as ações coletivas, as expressões individuais, as manifestações. Discorrendo sobre Democracia, Motta (2008) mostra que ela é um sistema político por excelência, no qual renasce numa forma mais segura a construção de novos direitos e de ampliação da cidadania. E por outro lado o autor entende que a sociedade civil na modernidade tornou-se o palco de criação e de afirmação dos direitos das mais diferentes partes da sociedade, sobretudo os que se encontram em posição menos privilegiada em termos sociais e econômicos.

A sociedade civil pode ser entendida como um conjunto de organismos de caráter privado composto pelas organizações que são responsáveis tanto para elaboração quanto para difusão das ideologias das principais estruturas sociais, as escolas, igrejas, associações profissionais e da cultura (GRAMSCI, 1991, apud TEIXEIRA, 2008). Motta (2008) ao dialogar com (GRAMSCI, 1982) completa afirmando que estas estruturas funcionam como produtoras, formadoras e reprodutoras de hegemonia, isto é, das percepções de mundo, dos valores que predominam na sociedade. Podem ser também espaços ou lugares de formação de uma contra hegemonia, visando criar uma nova concepção ética-política-cultural que tenha como programa a transformação do bloco-histórico hegemônico. Porém, ao falar da origem do conceito da sociedade civil no pensamento de Spink, Alves (2004) afirma que a

concretização e modernização dos confrontos entre grupos se dá e se concretiza na sociedade civil. Na mesma linha de pensamento, segue Motta (2008), afirmando que a sociedade civil é o lugar no qual o mundo permite novas maneiras de socializar as estruturas sistemáticas do mercado e da burocracia administrativa onde reina a reificação. Ela, a sociedade civil, não apenas atua de modo defensivo em relação às estruturas sistêmicas, mas também pode influenciar o Estado e a economia na manutenção de direitos que constituem a condição indispensável da sua existência.

Ao falar sobre a sociedade civil e o Estado na Guiné-Bissau, Barros (2014) assegura que a ideia da sociedade civil no caso deste país não está ligada nem à implantação das estruturas modernas do Estado colonial, nem ao próprio colonialismo, pois tanto no meio rural como nos centros urbanos é possível notar elementos pré-coloniais. Assim, identifica-se a existência de movimentos e associações de pessoas cujo campo de ação não se liga ao Estado nem à economia, o que inclui associações culturais, grupos de discussão e organizações de mulheres.

Neste contexto, Teixeira (2009) afirma que a capacidade de explicar a noção de sociedade civil no caso da Guiné-Bissau proporciona um entendimento insuficiente, porque surgiram outras formas de organização, como, por exemplo, os grupos de *Mandjuandade*<sup>3</sup> e *Djidiu*<sup>4</sup>, que são movimentos de expressão da identidade cultural. Portanto, Barros (2014) afirma que na Guiné-Bissau a sociedade civil tem a sua força que provém de várias fontes históricas, incluindo a evolução das relações e das alianças entre etnias, das estruturas sociais baseadas em classes de idade, dos sistemas de autoridade selecionados nas tabancas (aldeias), nas dinâmicas das formações socioreligiosas e em uma variedade de instituições rurais que participam na tomada de decisões.

No que diz respeito à sociedade civil guineense na era da pós-liberalização política, autores como Sangreman (et al, 2006), salienta que, na década de 1990, mais exatamente em 1991, quando se deu o início da democratização na Guiné-Bissau, assistiu-se ao nascimento e ao desenvolvimento de várias formações associativas, partidárias, sindicatos e formações sócio profissionais. Atualmente, elas formam o conjunto a que nós chamamos de sociedade

---

<sup>3</sup>*Mandjuandade* vem da palavra *mandjua*, em língua crioula, significa colega. Este grupo nem sempre é formado por pessoas da mesma idade, pode ter na sua estrutura uma rainha, um financeiro, um responsável de faxina e reger-se por um lema. Em alguns grupos os seus elementos pagam uma quota mensal, essa quota serve muita das vezes para cobrir as despesas do grupo.

<sup>4</sup>*Djidiu* (ou os *Djidiu*) são os cronistas musicais da Guiné-Bissau, trovadores da tradição Africana. *Djidiu* é palavra de origem mandinga, é um contador de histórias, um recipiente e um difusor da memória coletiva. Intérpretes e clarividentes. Os *Djidius* são porta-vozes dos “sem voz”, autênticas bibliotecas ambulantes.

civil, que está ligada ao sector privado e às práticas de assistência e ajuda mútua. Tais movimentos que hoje formam a sociedade civil foram propiciados pela alteração da Carta Magna, que passou a permitir o pluralismo político-partidário, a liberdade de expressão, associação, reunião e de imprensa. Como podemos observar nos artigos 54º, 55º e 56º da constituição da república da Guiné-Bissau promulgada em 1984, no mandato da ex-presidente da Assembleia Nacional Popular Cármen Pereira.

Artigo 54º alínea 01— Os cidadãos têm o direito de se reunir pacificamente em lugares abertos ao público, nos termos da lei.

Alínea 02— A todos os cidadãos é reconhecido o direito de se manifestar, nos termos da lei.

No artigo 55º alínea 01— Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei.

E, no artigo 56º alínea 01— É garantida a liberdade de imprensa.

Ao existirem essas leis que garantem os direitos à sociedade civil, esta passa a ter uma visibilidade no país. Em outras palavras, a partir do momento em que a Constituição da república garante os direitos da voz e liberdade para as pessoas, à sociedade civil passou a ter voz no país. Houve, então, um fortalecimento de lutas pela defesa dos direitos humanos e pela liberdade das pessoas como forma de garantir o bem-estar democrático da população.

Falando sobre a categoria sociedade civil, Giustina e Luiz (2013, p. 72) num dialogo com autores abaixo citados dividiram-na em três, tal como se seguem:

A sociedade civil liberal-democrática, conforme Simionatto (2010) ou sociedade civil social, conforme Nogueira (2003b); a sociedade civil neoliberal (SIMIONATTO, 2010) ou sociedade civil liberal (NOGUEIRA, 2003b); e a concepção gramsciana de sociedade civil (SIMIONATTO, 2010) ou sociedade civil democrático-radical (NOGUEIRA, 2003b).

A concepção de sociedade civil liberal-democrática (ou sociedade civil social) é uma variante da ideia democrático-radical, mas nem sempre se diferencia da sociedade civil liberal. Esta concepção está muito próxima da concepção neoliberal. A sociedade civil neoliberal ou sociedade civil liberal é feita por lutas sociais que acontecem competitivamente e em esfera privada sem maiores interferências estatais ou públicas. Não há ações que visem à conquista do Estado, mas ações que são contra o Estado, uma vez que, pela sua forma teórica estruturante, o conceito liberal de Estado mínimo, ou seja, Estado como um mal, quanto menor o Estado, melhor para todos (BOBBIO, 1994, *apud* GIUSTINA e LUIZ, 2013). Enquanto isso, a sociedade civil, na concepção gramsciana de sociedade civil democrática-radical, representa o conjunto de organizações de carácter privada que elabora ou leva avante as ideologias (GIUSTINA e LUIZ, 2013).

## **7. METODOLOGIA DA PESQUISA E SUAS TÉCNICAS**

### **9.1 CONTEXTUALIZANDO A METODOLOGIA**

Entendendo que, para a realização de qualquer que seja pesquisa, é necessário ter um caminho para seguir ou, em outras palavras, a metodologia é a guia que o pesquisador tende a seguir para concretizar a sua pesquisa. Prodanov e Freitas (2013) afirmam que a metodologia é um procedimento ou caminho para que possamos atingir um determinado fim. O método científico é um conjunto de procedimentos que adotamos com o propósito de alcançar o conhecimento.

Aragão e Neta (2007) entendem que a metodologia da pesquisa é passo que devemos seguir para a investigação da verdade. Eles afirmam que, dentro de estudo da ciência que se destina para atingir determinada finalidade, é necessária a utilização duma técnica como o modo de fazer de forma mais competente e segura alguma atividade, é preciso que se tenha um método delineado.

Nas pesquisas científicas, de acordo com Bauer e Gaskell (2002), encontram-se duas formas (métodos) de realizar os estudos, que são: a pesquisa do método quantitativo e a pesquisa do método qualitativo. Segundo esses autores, as duas pesquisas têm métodos diferentes. A de metodologia quantitativa trabalha mais com números e modelos estatísticos para explicar os dados. É mais conhecida como pesquisa de levantamento de opinião. Enquanto que a pesquisa de método qualitativo, ao contrário, evita números e lida mais com interpretações das realidades sociais. A forma como é mais conhecida é a entrevista em profundidade.

Nesse sentido, a nossa pesquisa não fugirá desse parâmetro, adotaremos uma metodologia que possa orientá-la. Entendendo o contexto das dificuldades da utilização das metodologias, nós pretendemos trabalhar no nosso estudo com o método qualitativo, que tem como finalidade estudar os seres humanos e as realidades sociais do ponto de vista interpretativo.

### **9.2 PESQUISA QUALITATIVA**

Nas pesquisas das ciências sociais, geralmente usa-se mais a metodologia qualitativa. Segundo Oliveira (*et al.* 2017), essas pesquisas abordam diversos campos do saber, entre eles: a antropologia, a sociologia, a economia, a psicologia, as ciências sociais e a educação. Essa metodologia de pesquisa é conhecida também como estudo de campo,

observação participante, entrevista qualitativa, abordagem de estudo de caso, pesquisa participante entre outras. Não se pretende ser exaustivo na busca das denominações da pesquisa qualitativa e tampouco definir o tipo de pesquisa que melhor representaria o enfoque qualitativo. O autor afirma que a pesquisa qualitativa é conhecida também como pesquisa soft, pois dá ênfase à razão dialética buscando interpretar os significados culturais, em que a forma mais conhecida é a entrevista em profundidade.

Para Demo (2009), é tida como pesquisa qualitativa a pesquisa participante, história oral, pesquisa ação, aqueles de cariz etnometodológico, as hermenêuticas, estudos fenomenológicos, levantamentos feitos com questionamentos abertos ou gravados, análises de grupo que abrigam horizontes bastante variados. No entanto, ao relacionar métodos de estudo qualitativo e quantitativo, Alonso (2016) afirma que um conjunto de técnicas qualitativas serve mais para entender a ordem social, enquanto que a quantitativa serve mais para investigar a mudança social.

De acordo com Creswell (2010), a investigação qualitativa utiliza diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação e formas de coleta, análise e interpretação dos dados. Ele ainda entende que, embora os processos sejam parecidos com as de pesquisa quantitativa, os qualitativos baseiam-se em dados de texto e imagem. Têm passos singulares na forma de análise dos dados e se valem de diferentes estratégias de investigação. Oliveira (et al, 2017) afirmam que a pesquisa qualitativa busca incluir o senso comum, o conhecimento empírico para responder aos questionamentos levantados, enquanto que as quantitativas buscam resultados rígidos, pontuais, os quais representarão a situação naquele dado momento com resultados estanques e frios. E na maioria das vezes a pesquisa quantitativa utiliza métodos matemáticos e estatísticos para buscar resultados. Este autor entende que essas duas pesquisas, quantitativa e qualitativa, se diferem nas formas de coleta de dados, porque as pesquisas qualitativas não utilizam métodos estatísticos. As pesquisas qualitativas preocupam-se mais com o significado dos fenômenos.

Os métodos qualitativos, tal como observa Alonso (2016), reconhecem as problemáticas contidas nas ciências sociais. Aceitam os limites das técnicas que utilizam e a impossibilidade do conhecimento certo ou verdadeiro. Supõem que todo conhecimento é parcial, porque o conhecimento é de uma parte não é do todo. Portanto, levando em conta que “o objeto da investigação das ciências sociais são pessoas, capazes de alterar a sua conduta na presença do observador – seja para negociar informação, seja para arrumá-la da maneira que, julgam que irá satisfazê-lo” (ALONSO, 2016, p.08).

Na nossa futura pesquisa, de natureza qualitativa, teremos como fonte de dados às referências bibliográficas que aqui citamos e mais outras para melhor termos a orientação na nossa pesquisa. Ainda, pretendemos realizar entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta de dados.

### 9.3 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Segundo Boni e Quaresma (2005, p. 72), a entrevista é um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo, através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Segundo estas autoras, os dados objetivos podem ser obtidos através de fontes secundárias, mas os dados subjetivos podem ser obtidos exclusivamente através das entrevistas.

Sendo a entrevista um processo de interação, pretendemos ainda deixar mais livre e a vontade os/as nossos/as futuros/as entrevistados/as de modo a exporem para nós o conhecimento deles/as sobre a temática com que pretendemos trabalhar. Entendemos que desse modo podemos dar conta dos nossos objetivos.

A técnica de entrevista aberta, ou entrevista semiestruturada, segundo Boni e Quaresma (2005), atende principalmente a finalidade exploratória e é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação à sua estruturação, as autoras afirmam que o entrevistador introduz o tema, e o entrevistado tem liberdade de discorrer sobre o tema sugerido; elas afirmam, ainda, que é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversação informal. A interferência do entrevistador deve ser a mínima possível, pois este deve assumir uma postura de ouvinte ou evitar o término precoce da entrevista, e apenas em caso de extrema necessidade pode interromper a fala do informante.

Entretanto, esta forma de entrevista semiestruturada é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinado tema segundo a visão do entrevistado, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Boni & Quaresma (2005, apud MINAYO, 1993) afirmam que ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para

determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos. Segundo as autoras, as entrevistas semiestruturadas também:

Combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI e QUARESMA, 2005, p. 75).

A principal vantagem das entrevistas semiestruturadas é que elas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse. E a sua principal desvantagem é a escassez de recursos financeiros e o dispêndio de tempo (BONI e QUARESMA, 2005). Nesse caso, nós pretendemos realizar estas entrevistas com as lideranças e não só, bem como com os membros dos grupos e integrantes das organizações da sociedade civil Guineense que foram vítimas dos espancamentos por parte da polícia da ordem pública.

As perguntas que serão fios condutores das nossas entrevistas são:

- 1) Como você avalia as atuações policiais durante as manifestações?
- 2) Como você avalia as atuações policiais durante as marchas em que você participou? Como foi essa atuação?
- 3) Como Você percebe que as autoridades policiais atuam em relação à lei existente? Por quê?
- 4) Como você se sente nas manifestações?
- 5) Como você vê o uso da violência por parte dos agentes policiais sobre os manifestantes?
- 6) Como você vê os agentes da polícia? Explica por quê?
- 7) Como seriam as características duma pessoa autoritária no seu entender?
- 8) Como você percebe o reflexo da violência policial na sociedade guineense?

#### **9.4 LOCAL DA PESQUISA**

A Guiné-Bissau foi à primeira colônia portuguesa a tornar-se independente. Após os cinco séculos da presença colonial e de uma guerra de libertação brutal, o país tornou-se independente em 24 de setembro de 1973; entretanto, com o reconhecimento um ano depois

por Portugal, que foi no dia 10 de Setembro de 1974. O Sr. Luís de Almeida Cabral tornou-se, nessa altura, o primeiro Presidente do país (OBSERVATÓRIO, 2008).

De acordo com as autoras Benzinho e Rosa (2015) e o censo de Recenseamento Geral da População em Habitação (INEP, 2009), a Guiné-Bissau situa-se na África Ocidental e faz fronteira com o Senegal a norte; a sul e leste com a Guiné Conakry e a oeste com o Oceano Atlântico. Esse país é constituído por uma parte continental e insular, em que se encontra o arquipélago dos Bijagós, que possui cerca de noventa ilhas, das quais apenas dezessete são habitadas; e o país tem uma extensão territorial que ocupa aproximadamente 36.125 Km<sup>2</sup>. Afirmo IPEC<sup>5</sup> (2012) que administrativamente esse país conta com 9 regiões, nomeadamente: Setor Autónomo de Bissau (Região de Bissau), Biombo, Cacheu, Bafatá, Gabú, Oio, Quinará, Tombali e Bolama/Bijagós. E essas regiões dividem-se em 37 setores e estes em várias secções, compostas por Tabancas ou Comunidades (aldeias), muitas marcadas pela distância com o centro de Bissau devido à ausência de infraestruturas ou ao estado avançado de precariedade.

INEP (2009), afirma-se que a Guiné-Bissau apresenta do ponto de vista das tradições e da cultura, numa forma heterogênea, exprimido por certa repartição étnica e religiosa e que a mentalidade das pessoas está ainda radicada nos valores próprios das tradições étnicas e religiosas, acompanhadas por vezes de certos preconceitos que podem ser algumas das causas de certas resistências radicais em torno de mudança.

## 9.5 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES

Nós propomos estudar as relações que se dão entre a violência e o autoritarismo das corporações da polícia e a vítima de espancamentos dos agentes policiais, a qual se trata de indivíduos afetados no decurso da realização de suas manifestações. Para tanto, realizaremos entrevistas semiestruturadas com os sujeitos manifestantes.

Pretendemos fazer estas entrevistas com seis pessoas, sendo três de sexo masculino e três de sexo feminino. Dentre estas pessoas, desejamos que alguns sejam os próprios líderes dos movimentos sociais que já sofreram com as repressões da polícia, e também membros que fazem parte de um dos movimentos, como o caso do Movimento dos Cidadãos Consciente e Conformados e do Movimento Estudantil Carta 21.

---

5 IPEC: Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil nos países da CPLP.

No ato realização da nossa pesquisa, isto é, no momento das entrevistas, selecionaremos as pessoas que pelo menos estão inseridas nestes movimentos que desencadearam marchas que foram dispersada pela polícia, por isso vamos selecionar pessoas que estiveram inseridas nestes movimentos desde o ano de 2015, dado que foi uma época em que houve uma evolução das manifestações por parte dos movimentos sociais na Guiné-Bissau. Acreditamos que são pessoas mais indicadas para falar do que realmente passou durante as manifestações que tiveram ocorrências de fortes espancamentos. E, por outro lado, entendemos que, através das narrações ou das explicações dessas pessoas poderemos entender melhor as ocorrências que se deram em diferentes manifestações.

É claro que uma das formas de desencadear uma entrevista, ou uma pesquisa em si, seguindo um procedimento ético aconselhado é através do critério de aceitação de participação. Esta aceitação deve ser concedida exclusivamente por parte da pessoa que vai conceder a entrevista. Portanto, uma vez que estes aceitem em participar da nossa investigação, teremos como guia da comprovação desta aceitação um termo de consentimento que a pessoa deve assinar, do qual guardaremos para futura comprovação, caso for necessário.

## 9.6 PROCEDIMENTOS A SEREM UTILIZADOS

Na materialização desta pesquisa, pretendemos utilizar, como um procedimento ou caminhos que poderão ajudar na sua realização, a internet, pois pretendemos fazer as entrevistas a partir das chamadas áudio visual das redes sociais, neste caso, o Skype, Facebook, Whatsapp, etc. Dado que carecemos de condições econômicas para ir fazer a nossa pesquisa na Guiné-Bissau. Gil (2010) afirma que anteriormente as entrevistas pelo telefone não eram aceitas pelo grande número de estudiosos da área da metodologia da pesquisa científica, isto porque havia uma grande parcela da população que não tinha acesso a ela, mas hoje tornou-se uma facilidade. Segundo ele, a cada cem habitantes dos Estados Unidos, por exemplo, contabilizam-se mais de 60 telefones; e em outros países também nota-se a superação das dificuldades de comunicação com o aparecimento de novas tecnologias e novos meios de comunicação.

O autor afirma, ainda, que, dentre as grandes vantagens que a entrevista pelo telefone (ou rede social) oferece, tem-se: menor custo; uma facilidade na seleção de amostra; rapidez na realização da pesquisa; maior aceitação dos moradores das grandes cidades, que temem

abrir as suas portas por estranhos; possibilidade de agendar o momento mais apropriado para a realização da entrevista e facilidade de supervisão do trabalho dos entrevistadores.

Porém, destas facilidades, a entrevista por telefone (ou rede social), segundo o autor, apresenta algumas limitações, como: interrupção da entrevista por parte do entrevistado/a; menor quantidade de informações; impossibilidade de descrever as características dos entrevistados/as ou as circunstâncias em que decorrem as entrevistas; e uma parcela significativa que não dispõe de telefone (rede social) ou que não tem seu nome na lista.

Portanto, os primeiros contatos que vamos ter que fazer antes mesmo da realização das entrevistas serão por via do e-mail. Enviaremos e-mail para algumas dessas pessoas com que pretendemos trabalhar. E, após isso, pediremos a elas que nos indiquem outras pessoas que podem ser seus/as companheiros/as do mesmo movimento ou de outro movimento. Já que temos acesso a e-mail de um dos integrantes de um desses movimentos e também já havíamos conhecido esta pessoa antes da nossa vinda para o Brasil, isso nos servirá de base para o início da realização da nossa pesquisa.

## 9.7 ANÁLISES A SEREM REALIZADAS

Após conseguir fazer as entrevistas, faremos as transcrições e depois as análises (interpretações) das respostas que conseguirmos nestas entrevistas. Segundo Flick (2009), a interpretação é posterior à coleta de dados por meio de técnicas mais ou menos refinadas. Gil (2010) afirma que os dois processos (análise e interpretação dos dados), apesar de terem conceitos diferentes, aparecem sempre relacionados. Pois, para ele, a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilita o fornecimento da resposta ao problema que desejamos investigar. Enquanto que a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito de acordo com a sua ligação com os outros conhecimentos anteriormente obtidos.

Para Flick (2009), a interpretação é uma essência empírica que, no entanto, inclui métodos explícitos de coleta de dados. O autor entende, ainda, que a fase da interpretação dos textos da pesquisa, ou da entrevista, consiste em dois objetivos diferenciados. Primeiro (1º) revela e expõe os enunciados ou contextualiza-os no texto. Isso normalmente leva a um aumento do material textual, enquanto que o segundo (2º) visa à redução do texto original, ou ao desenvolvimento da teoria. Isto é, uma análise mais ou menos estrita em termos da sequência.

No entanto, Gil (2010) entende que o processo de criação de códigos é o momento em que os dados brutos podem ser transformados em símbolos que possam ser tabulados<sup>6</sup>, segundo ele a codificação pode ser feita antes ou depois de coleta de dados.

Sabendo que qualquer que seja pesquisa ou trabalho científico exige uma transparência. Nesse caso, a ética deve ser seguida em vários momentos da realização desta. Nesta fase, faremos as análises utilizando as codificações teóricas, pois ela é um caminho para a análise dos dados que foram coletados, para melhor construir a sua teoria fundamentada (FLIK, 2009).

Para o autor acima citado, a interpretação ou análise de dados não pode ser considerada independentemente de sua coleta, ou seja, da amostragem do material, mas sim deve conter um diálogo com outros trabalhos já feitos da mesma natureza para dar mais credibilidade ou ênfase ao diálogo. Ou então a interpretação é o ponto de partida para decidir quais dos dados coletados serão precedidos na integração de análise.

## 9.1 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

No que tange aos procedimentos éticos que levaremos em conta durante a realização da nossa pesquisa, destacaremos os seguintes: consentimento informado, privacidade, confidencialidade e precisão.

Christians (2006) afirma que o consentimento informado é uma forma de seguir a autonomia individual, neste momento, os sujeitos da pesquisa têm o direito de serem informados a respeito da natureza e das consequências dos experimentos dos quais participam. Estes devem concordar livremente em participar, ou seja, sem terem uma coerção física ou psicológica, além do mais, sua concordância deve basear em informações completas e transparentes. Eles devem ser informados da duração, dos métodos e dos possíveis riscos, além da finalidade e do objetivo da pesquisa.

No que diz respeito à privacidade e à confidencialidade, Christians (2006) afirma que todos os dados pessoais dos participantes de uma determinada pesquisa devem ser protegidos ou escondidos, e somente podem ser expostos ao público quando haja uma proteção do anonimato. No que concerne à precisão, este autor explica que “a precisão dos dados é um princípio fundamental também nos códigos da ciência social” (CHRISTIANS, 2006, p. 147). Pois, segundo ele, as mentiras, os materiais fraudulentos, as omissões e as maquinações são

---

<sup>6</sup> Tabulados: é o processo de agrupar e contar os casos que foram colocados em varias categorias de analises.

atitudes não científicas. Desta forma, adotaremos nomes fictícios para cada um dos participantes da nossa pesquisa, pois achamos que desta forma teremos uma segurança e poderemos proteger ainda mais os dados dos nossos sujeitos da pesquisa.

## 10 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Carolina Cavalcanti D. **Poder e violência no Estado de Direito: Análise comparativa do pensamento de Hannah Arendt e Niklas Luhmann.** São Paulo 2011.

ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. **A violência na Sociedade Contemporânea.** Porto Alegre, edipucrs, 2010.

ALONSO, Angela, SESC/CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo.** São Paulo, 2016.

ALVES, Mario Aquino. **O conceito de Sociedade Civil: Em busca de uma repolitização,** v. 11 – Edição Especial – 2004.

ARAGÃO, José W. M. de; NETA, Maria A. H. M. **Metodologia Científica,** Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017.

BARATA, Susana de Almeida, **Violência Urbana,** Coimbra, Dezembro de 2008.

BARROS, Miguel de. **A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: Dinâmicas, desafios e perspectivas.** Outubro 2014.

BASALI, Rogério A. de Mello; D'ENTREVES, Alessandro P. **A política e a violência.** Campinas, SP: [s. n.], 2010.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto Imagem e Som: Um Manual Prático.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2ª edição, 2002.

BENZINHO, Joana & ROSA, Marta. **A Descoberta da Guiné-Bissau,** 2015.

BISSAU. [Constituição Maio de 1984] **Constituição da República da Guiné-Bissau.** Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1984.

BISSAU. [Constituição Novembro de 1996] **Constituição da República da Guiné-Bissau.** Bissau: Assembleia Nacional Popular, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Conceito da Sociedade Civil.** Rio de Janeiro: Trad. Carlos Nelson Coutinho, Ed. Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Ed. unb, volume 1, 2010.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, 2005.

CALLONI, Humberto. **O conceito de violência e o meio ambiente em Michel Serres**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 18, 2007.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta da Libertação Nacional e o Projeto de Construção do Estado Guineense**. Revista A Cor das Letras, UEFS, n. 12, 2011.

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil**. In: Lusotopie, n°2, 1995.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto**. Porto Alegre: Ed. Artmed, Consultoria, 2010. Tradução de: Magda França Lopes.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**, São Paulo: Ed. Atlas S. A. 2009;

DENZIN, K. Norman; LINCOLN, S. Ivonna. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2006. Tradução de: Sandra Regina Netz.

Dicionário informal online, disponível em: <https://bit.ly/2K4IIWI>. acesso em 07/11/18.

Editorial de Conceitos, disponível em: <https://conceitos.com/autoritarismo/?fbclid>, acesso em (19/11/2018 pela 11h 12min).

FLICK, U. **Codificação e categorização: Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, (pp. 265-275).

FONSECA, Luis. **Liga Guineense dos Direitos Humanos**. em: <https://bit.ly/2Qpx7Np> acesso em 09/09/2018 pelas 12h 19min.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**, São Paulo, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**., São Paulo: Ed. Atlas, 2010. 6ª Edição.

GIUSTINA, Emilie F. D.; LUIZ, Danuta E. C. **Sociedade Civil e participação: concepções hegemônicas e Contra hegemônicas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013.

HOLANDA, Aurélio B. de F. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2010.

INEP [Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa]. **Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação**. Bissau, 2009.

IPEC, (Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil). **Estudo sobre a aplicação das Convenções nº 138 e nº 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP.** Genebra, 2013.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e Libertação na Psicologia Estudos psicossociais.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

MARTINS, Karina O. LACERDA JR, Fernando. **A Contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência:** uma apresentação. Rev. Psicologia Política, vol. 14, nº 31, p. 569-589, 2014.

MARTINS, Marcos Francisco. **Sociedade Civil e Terceiro Setor:** apropriações indébitas do legado teórico-político de Gramsci. Curitiba, 2008.

MARTINS, Paulo Henrique. **Cultura Autoritária no Brasil,** Ver. de Ciências Sociais v. 30 n. 1/2 1999.

MELO, Karla. **Violência, Contemporaneidade e Infração Juvenil.** In: NERY FILHO, A., et al. orgs. Toxicomanias: incidências clínicas e sócioantropológicas, Salvador: EDUFBA, CETAD, 2009.

MOREIRA, Letícia de Sousa. **Violência e Paz:** Construção de Conceitos, Valores e Posicionamentos de Oficiais da Polícia Militar. Brasília, Março de 2016.

MOTTA, Luiz Eduardo. **O Conceito de Estado e de Sociedade Civil na Perspectiva Relacional:** Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas. Salvador/BA, 2008.

Oliveira, Nilton M. de; STRASSBURG, Udo; PIFFER, Moacir. **Técnicas de Pesquisa Qualitativa:** Uma Abordagem Conceitual, Ciências Sociais Aplicadas. Ver. UNIOESTE/MCR - v.17 - n. 32 - 1º sem. 2017 - p 87 a 110 - ISSN 1982-3037, 2017.

PERES, Vitor Plácido dos Santos. **Autoritarismo:** 3 pontos para reconhecer um governo autoritário, disponível em: <https://bit.ly/2HETax3>. acesso em (19/11/2018).

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul, 2013; 2ª Edição.

SANGREMAN, Carlos. SOUSA JR, Fernando. ZEVEERINO Guilherme. BARROS Miguel **A evolução política recente na Guiné-Bissau:** As eleições presidenciais de 2005, os conflitos o desenvolvimento, a sociedade civil. Lisboa, 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos Sociais e Sociedade Civil,** Curitiba: Ed. IESDE S. A., 2008;

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau:** As Relacoes Entre Sociedade Civil e o Estado. Recife: Ed. UFPE, 2015.

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. **O conceito da Sociedade civil:** um debate a partir do contexto da Guiné-Bissau. Recife, 2009.

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. **Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau 1994-2006**. Recife, 2008.